

O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES HISTÓRICAS PARA PAUTAR A ATUALIDADE

Autora: BITENCOURT, Sabrina Pindziura¹
sabrina.pindiura@gmail.com

Orientadora: DOMINSCHEK, Desiré Luciane²
desire.d@uninter.com

RESUMO

O presente tema aborda sobre a construção do processo de ensino e aprendizagem para a modalidade Educação de Jovens e adultos (EJA). Essa modalidade atende um público no qual não teve oportunidade em idade escolar, por inúmeros motivos, diante disso procuram essa modalidade para dar continuidade de onde parou visando um futuro melhor. O objetivo do presente trabalho é compreender o histórico da educação de Jovens e adultos, a importância de Paulo Freire para a EJA, um diferencial nas práticas docentes dos professores e evitar a evasão. Os resultados sobre a pesquisa foram de extrema importância ao leitor pois, o leitor teve oportunidade de entender mais a fundo como essa modalidade de ensino funciona e quem tem direito de participar desse momento tão importante que é a formação de um cidadão com uma visão crítica independentemente da idade. Para a realização do presente tema a metodologia aplicada foi de cunho bibliográfico e documental.

Palavras-chave: EJA. Pedagogia. Direito

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que atende as pessoas que não concluíram seus estudos na idade certa. A EJA pode ser dividida em duas modalidades de ensino: Ensino Fundamental, que atende a partir dos 15 anos, ou seja do 1º ao 9º ano, sendo concluído em dois anos. Já o Ensino Médio é direcionado a alunos com mais de 18 anos, que desejam concluir seus estudos, preparando para o ingresso nas universidades e para o mundo do trabalho, sendo concluindo em 18 meses, permitindo que o aluno curse presencial, onde o terá que frequentar as aulas no período noturno e a

¹ Credenciais do autor.

² Credenciais do autor/orientador.

distância, o aluno estuda pela internet, apostilas e livros fornecidos pela instituição.

Acreditamos que a pesquisa é um grande aliado que pode ajudar a trazer grandes melhorias para a Educação de Jovens e Adultos, pretendemos apresentar metodologias para a reflexão dos professores que atuam com a EJA, e a partir destas reflexões pensar estratégias de permanência deste adulto no processo de escolarização. O tema pesquisado decorre de questões levantadas ao longo da minha graduação em Pedagogia e da participação do programa da Residência Pedagógica (RP). Tendo como finalidade mostrar a importância da alfabetização na Educação de Jovens e Adultos que abandonaram seus estudos, por diversos motivos ou não puderam frequentar a escola na idade certa, mostrando que a EJA pode ser um caminho para esses alunos terem uma recolocação no mercado de trabalho e uma melhoria na qualidade de vida.

O tema tem por objetivo trazer o histórico da educação de Jovens e adultos, a importância de Paulo Freire para a EJA, um diferencial nas práticas docentes dos professores e evitar a evasão.

No decorrer dessa pesquisa pretendo mostrar que um dos principais problemas da EJA é a qualificação dos professores que, na maioria das vezes, não são preparados para atender esse público. Além do material didático, que não é contextualizado a partir da realidade dos alunos e das condições de vida deles que não favorece seu desenvolvimento educacional.

O trabalho tratará do percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, trazendo um diferencial para as práticas dos professores.

A pesquisa será bibliográfica e documental, segundo Severino (2010), a documentação bibliográfica deve ser realizada paulatinamente, à medida que o estudante toma contato com os livros ou os informes sobre os mesmos. Assim todo livro que cair nas mãos será imediatamente fichado. Igualmente, todos os informes sobre algum livro pertinente a sua área possibilitam a abertura de uma ficha. Os informes sobre os livros são encontrados principalmente em revistas especializadas, nas resenhas, nos catálogos etc.

I CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EJA NO BRASIL

Conforme destaca Saviani (2007) a primeira fase de educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano iniciava-se com o aprendizado do português para os indígenas, prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de uma lado, com o aprendizado profissional e agrícola, e de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levarem conta as condições específicas da colônia. Contudo, sua aplicação foi precária, tendo sido encontradas oposições no interior da própria Ordem Jesuítica, sendo finalmente suplantado pelo plano geral de estudos organizado pela Companhia de Jesus e consubstanciado no Ratio Studiorum.

“A civilização pela palavra correspondia, no caso, a divulgação católica das técnicas e, ainda, das artes e das letras em geral, segundo o modelo generalizado da Retórica aristotélica e das versões latinas, nos colégios jesuíticos; de outro, o uso particular de seus preceitos, estilos e erudição pelos pregadores nas variadíssimas circunstâncias do magistério da fé” (SAVIANI, 2012, p. 56)

Quanto a alfabetização efetiva de jovens e adultos no Brasil, segundo Ribeiro (2001) ocorreu só a partir dos anos 1940, passou a ser tratada como um “sistema diferenciado e significativo” para a educação brasileira. Sua política educacional foi uma defasagem educacional e a implantação das indústrias no Brasil, na política de Getúlio Vargas, junto com a própria população brasileira, que causou a implantação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

“Na década de 1940 a ideia que se tinha era de que o analfabetismo gerava pobreza e marginalização. O adulto analfabeto era incapaz política e juridicamente; não podia votar ou ser votado. O fim do Estado Novo trouxe ao país um processo de redemocratização e a necessidade de aumento da quantidade de eleitores” (Cunha, 1999, p. 100)

Em 1920, surgiu questionamentos, com o que fazer nas questões do Ensino para os Adultos e o que o Estado deveria fazer, pois tratava-se de uma

necessidade pública. Essa pressão, iniciou então a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942 e junto com ele programas para o ensino de adultos e ampliação da educação dessa modalidade, pois o país possuía uma taxa alta de analfabetismo e esse fundo tentava dar uma resposta a isso, combatendo o analfabetismo adulto e infantil Haddad (2000, p.111).

Haddad (2000) aponta que quando Getúlio Vargas foi expulso em 1945, surge as cobranças da Unesco e segundo “denunciava o mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos no processo de desenvolvimento das nações” (2000, p.111) e se estabeleceram metas para alfabetizar, de dando o empurrão no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos.

Em 1947 houve um movimento que auxiliou no desenvolvimento do processo para o ensino de Jovens e Adultos no Brasil, foi o Serviço de Educação de Adultos, o SEA, que é um campo de atuação deveria se preocupar com a educação do adulto e com ele criar um Curso Primário para adultos, com profissionais capacitados (PAIVA, 1987).

“O analfabeto era tido como um peso ao país, pois não podia contribuir para o desenvolvimento, mas o contínuo crescimento do contingente dos analfabetos, acabaram por gerar interesse político, daí da Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos ter uma proposta educacional voltada para a vida, trabalho e profissionalização. A Educação para Jovens e Adultos, tomou forma, a partir da contribuição do Estado, mas foi o movimento popular que levou a essas mudanças” (PAIVA, 2001, p 184).

A partir da década de 1960, muitas outras campanhas começaram a surgir com visões diferentes daquelas anteriores, agora a proposta era uma educação igualitária e para todos. Apresentam-se programas para acabar com o analfabetismo no país, e com essas melhorias conseguir a imagem ideal para o país, como também em políticas para melhorar as condições de vida ao povo brasileiro, e um pouco mais reflexivo de em relação ao que se vinha sendo para trabalhado (CUNHA, 1999).

Os esforços políticos deram passos em vários lugares do Brasil, surgindo campanhas de Educação de Jovens e Adultos e entre os mais conhecidos estão: o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura

Popular de Recife, “De pé no chão também se aprende a ler”, de Natal e o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, entre outros.

Paulo Freire ³foi uma referência na Educação de Jovens e Adultos, pois ele apresentou uma educação pensada de uma forma diferente, onde o indivíduo no processo de aprendizagem, tem uma educação e alfabetização de maneira crítica e dialogicamente. Suas ideias podem ser observadas no Plano Nacional de Alfabetização, que se destinava atender a maior parte da população analfabeta do país, mesmo que que tenha surgido através de movimentos estudantis e também de entidade sindicais, que trabalharam para que o seu método fosse colocado na Educação de Jovens e Adultos, dentro do Ministério da Educação e aos poucos com seus resultados o programa gerou benefícios políticos e passou a ter maior apoio do governo como método principal (Paiva, 1987, p. 258).

No período da Ditadura Militar, muitos programas se perderam, mas importantes contribuições sociais conseguiram se manter. O próprio sistema ditatorial manteve aqueles programas conservadores, por isso muitos deles se se espalharam pelo Brasil como a cruzada de ação básica cristã, que para manter o seu programa alegava que não fazia educação, mas sim dava apoio em ações sociais ao Regime Militar (HADDAD 2000 p 114).

Foi no período militar, em 1967 que nasceu o Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização “(...) fruto do trabalho e realizado por grupo interministerial que buscou uma alternativa ao trabalho da cruzada ABC(...) (HADDAD 2000 p.114), porém muitas partes do projeto foram substituídas por

³Paulo Freire nasceu em 19 de setembro de 1921, em Recife, uma das regiões mais pobres do país, onde passou por dificuldades de sobrevivência. Na adolescência Paulo Freire começou a desenvolver um grande interesse pela língua portuguesa. Aos 22 anos de idade, cursou Direito na Faculdade de Direito do Recife. Enquanto cursava direito, casou-se com a professora primária Elza Maia Costa, com quem teve cinco filhos e começou a lecionar no Colégio Oswaldo Cruz em Recife.

Em 1947 começou a trabalhar no departamento de educação e cultura do Sesi, onde iniciou o contato com a alfabetização de adultos. De acordo com suas ideias, a alfabetização de adultos deve estar diretamente relacionada ao cotidiano das pessoas. Desta forma, o adulto deve conhecer sua realidade para poder inserir-se de forma crítica e atuante na vida social e política.

No início do ano de 1964, foi convidado pelo presidente João Goulart para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização. Logo após o golpe militar, o método de alfabetização de Paulo Freire foi considerado uma ameaça à ordem, pelos militares. Viveu no exílio no Chile e na Suíça, onde continuou produzindo conhecimento na área de educação.

interesses do governo militar. O que buscava no regime militar era concentrar sim, mas sem preparar a mão de obra, que no processo de aprendizagem, deviam apenas buscar uma complementação pedagógica, uma prática de aprendizagem preparando o aluno para apenas ler e escrever.

Em 1971, surge o Supletivo procurando complementar a escolarização e o analfabetismo, colocando em sala aqueles que ainda não tinham conseguido terminar seus estudos no tempo regular na idade certa. O Supletivo foi instituído pela Lei 5.692/ 7, pensava-se apenas em uma escolarização tardia e atividades educativas da maneira mais flexível para o indivíduo, suprimindo suas deficiências. Outro objetivo do Ensino Supletivo, é que foram feitas algumas mudanças na sua proposta procurando atender apenas interesse de governo, segundo HADDAD (2000).

“O ensino supletivo foi apresentado a sociedade como um projeto escola de futuro, elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica, observada pelo país nos anos 1970. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma determinada classe popular, mas de uma escola e por sua clientela pois a todos deveriam atender uma dinâmica permanente de atualização” (HADDAD, 2000, p.117).

Ocorria uma pressão da Ditadura Militar naquele momento da história brasileira, onde se vislumbrava apenas uma educação técnica, para atender o mercado de trabalho e a vida social, porém temos que aceitar que essa iniciativa do Supletivo formou a base dos parâmetros da Educação a Distância, com o início de uso de novas tecnologias, como no caso a educação com a TV e rádio, que já foram copiadas em outros momentos dos projetos educacionais no Brasil.

Na década de 1980, com o fim da ditadura militar e maior Liberdade da sociedade, houve então uma abertura para que pudesse surgir novas contribuições para as questões educacionais. A EJA passa por uma nova configuração e busca novas técnicas e metodologias para trabalhar.

“O Programa Mobral, que por tempos tentou à sua maneira formatar uma Educação a Distância, e que na década de 1980 acabou sendo substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, o Educar, que se considerava diferente, mas se baseava em muitos de seus trabalhos. Nesse período a educação popular volta a trilhar caminhos mais abertos pois com abertura ela pode agora mostrar todo seu trabalho que vinha fazendo em oculto”. (HADDAD, 2000 p.120).

Na Constituição de 1988, chamada de cidadã, surgiu o tema educação, com interesse social e a partir daí se estabeleceu que a Educação Básica fosse oferecida também através da EJA. A Constituição Federal de 1988 (RIBEIRO, 2001) estabeleceu a educação presencial e não apenas a distância, mas sem muita preocupação com a qualidade de ensino, nenhum jeito institucional foi mais importante para a Educação de Jovens e Adultos, nesse período que a conquista do Direito Universal ao Ensino Fundamental Público e gratuito, independentemente da idade, consagrado no artigo 208 da Constituição de 1988.

A seguir a mudança veio com a extinção da Fundação Educar⁴ em 1990, onde a Educação de Jovens e Adultos foi descentralizada, passando a responsabilidade aos municípios, mesmo que ainda continuasse havendo intervenção do estado.

O governo ainda, nesse período, tentou criar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)⁵ no governo Collor, mas com o impeachment ele foi deixado de lado por Itamar Franco, dando a perceber como estava sendo tratado neste período a Educação Jovens e Adultos e como havia ficado as políticas públicas no Brasil para educação. E mesmo em 1995, quando houve a Reforma da Educação, houve a descentralização dos sistemas educacionais, na Educação de Jovens e Adultos, não houve muitos esforços, pois, a educação ficou de lado (HADDAD 2000 p. 123).

“O principal instrumento da Reforma da Educação, foi aprovação da Emenda Constitucional 14/96, que suprimiu das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988, o artigo que comprometia a sociedade e os governos, a erradicar o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental até 1998, desobrigando o Governo Federal de aplicar nessa finalidade a metade dos recursos vinculados à educação” (HADDAD 2000 p. 123).

⁴ A Fundação Educar é um programa vinculado ao Ministério da educação que acompanha e supervisiona o investimento dos recursos dos programas

⁵ O PNAIC é um programa integrado com objetivo da alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras.

Embora tenha sido criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério FUNDEF⁶, a Educação de Jovens e Adultos, ainda ficou de lado pois os investimentos desse fundo, não previu qualquer favorecimento à expansão do Ensino de Jovens e Adultos (HADDAD, 2000).

Um problema que permaneceu, desde esse período, é que a EJA é associada a um Ensino Noturno de segunda linha, de caráter complementar e compensatório, onde absorve adultos que não conseguiram concluir seus ensinamentos na idade ideal ou foram reprovados e alguns são tidos até como fracasso escolar, e com tudo isso a falta de incentivo político, levou por algum tempo essa educação a uma paralisação em suas modalidades tecnopedagógicas e baixos investimentos na EJA (RIBEIRO 2001).

A luta para melhor e manter a EJA, então ficou por conta do profissional da educação, através deles, foram realizados passos importantes na direção de um novo conceito da Educação de Jovens e Adultos, principalmente nas áreas sociais e uma educação igualitária.

Em 2008, a EJA, passou a fazer parte das Leis das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e ficou reconhecida como de Direito Público. E o parecer CNE CEB 11/2000, inclusive trata de esclarecer que a Educação de Jovens e Adultos, não é uma forma de suprir a educação perdida e sim uma nova educação. Sobre a LDB, a Lei nº 9.394, Haddad, 2000 afirma, que essa lei “dedica a essa educação de jovens e adultos uma seção curta e pouco inovadora”.

Houve o financiamento de vários programas para implementar projetos, cujo objetivo era alfabetizar com ajuda principalmente de movimentos da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. O PAS⁷ - Programa de Alfabetização Solidária foi um desses programas, em 1990 ele deu uma grande contribuição a alfabetização, porém as gestões governamentais e organizações trabalharam focando no público jovem e os municípios as periferias urbanas, primeiro, para até depois atingir outros públicos.

⁶ O FUNDEF, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério é um fundo instituído em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério.

⁷ O PAS Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil.

Esses movimentos de ensino, passa a valorizar o aluno e seus conhecimentos prévios, assim ele consegue acesso a novos conhecimentos. A EJA, passa a ser valorizada, deixando de ser apenas assistencialista, para que os alunos entendessem que a escola era um lugar de *preparo* social.

Os programas também passaram a se preocupar com as questões físicas dos indivíduos, como no caso dos alunos da EJA menos assistidos, os que exerciam normalmente trabalho extenuantes e árduos que cansados, tinham muitas dificuldades na aprendizagem como também provocava a evasão escolar na EJA.

Surgiu a proposta do atendimento diferenciado dos indivíduos, preocupados com cada indivíduo, com mudanças positivas sociais que possa obter e esses projetos são agora voltados exclusivamente para EJA.

Ainda hoje as propostas de desenvolvimento da EJA, dependem de ações governamentais. Mais contemporânea, como podemos observar no governo Lula, onde foi criado o Programa Brasil Alfabetizado⁸, onde até, através ações de sua pasta, o Ministro da educação contribuiu muito para diminuir o analfabetismo no Brasil.

Os programas levaram os educadores a estabelecer com a sociedade uma relação profissional e afetiva, dos educadores para com suas turmas e assim podem desenvolver um trabalho muito mais proximal da realidade de cada um, aplicando nas atividades pedagógicas diárias.

A Educação de Jovens e Adultos teve outra grande conquista quando, foi incluída no fundo do Desenvolvimento da Educação Básica o FUNDEB⁹, que havia substituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério o FUNDEF, pois ele ajudou muito nas questões básicas, como reservar recursos para Educação de Jovens e Adultos, mesmo que eles ainda sejam menores que as outras modalidades.

Mas a Educação Popular não deixou de estar presente na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, foi uma luta do povo, uma educação participativa

⁸ O Programa Brasil Alfabetizado foi criado por um Decreto nº 6093 de 24 de abril de 2007, com o objetivo de universalização da alfabetização de Jovens e Adultos, a partir dos 15 anos ou mais e foi realmente uma conquista porque ele passou a financiar a Educação de Jovens e Adultos que a vinha sendo sempre precária, por parte do governo.

⁹ FUNDEB, segundo o art. 24 da Lei nº 11.494/2007, deve proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera municipal, estadual ou federal.

através dos movimentos populares, isto é, foi muito importante para sociedade civil, e marcaram a história da educação brasileira. Foram nesses momentos, que se geraram novas concepções sócio pedagógicas para Educação de Jovens e Adultos.

Ao se iniciar por Paulo Freire, a Educação Popular, tinha com uma visão para conscientização política, buscando que a população entendesse conceitos como: liberdade, igualdade e conseguissem superar as condições menos favorecidas e a pressão da sociedade.

Foi na EJA, que a educação popular contribuiu muito para atender as reivindicações de melhorias de apelo popular e de novo é importante lembrar que antes do aparecimento da Educação de Jovens e Adultos, outros movimentos da sociedade civil lutavam contra o analfabetismo, mas foi muito importante o surgimento de um quadro educacional dedicado exclusivamente ao público adulto. Assim os trabalhos em sala de aula passaram a ser realizados buscando uma aproximação entre os educandos e o professor, a sua experiência diária aulas, com debates e entrevistas que serviam para coleta de informações e para explorarem os seus conhecimentos, valorizando-os, para que pudesse construir novos (BRANDAO, 1984 p.52).

As discussões sobre a nova estrutura para EJA, continua acontecendo em diversos movimentos sociais como Sindicatos, ONGs ou universidades, todos procurando promover um modelo diferente para atender a necessidades do público da Educação de Jovens e Adultos. “O compromisso dessa diversidade de coletivos da sociedade, não é mais de campanhas nem de ações assistencialistas” (ARROYO 2006 p. 20). E já existem outros só que esse é imobilização com Acadêmico procurando implementar nas políticas públicas as reais necessidades da Educação de Jovens e Adultos. Esse processo de educar através de novo modelo educacional começa a ganhar forma, diferente do que antes existia, com uma educação de jovens e adultos mais completa, analisando o sujeito, seu modo de aprender, a sua experiência de vida, o ambiente, pois agora possuem uma modalidade específica, e que deve ser desenvolvida plenamente.

II EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A PEDAGOGIA

Na história a sociedade ocidental e a pedagogia foi correspondendo a educação, entretanto o aprender está relacionado com o método educativo. A educação e o homem constitui-se em um saber específico, que está associado a Pedagogia (SAVIANI, 2007, P100).

Desde a Grécia a pedagogia tem dois significados. De um lado a reflexão ligada a filosofia, elaborada em função da finalidade ética que guia a atividade educativa. No outro lado á Paidéia, ligada a formação das crianças para a vida. No século XVII, esses aspectos, buscaram construir um sistema pedagógico para fins da educação, com apoio da didática, como arte de ensinar tudo a todos. Mas com Herbart, esses aspectos, foram identificados como diferentes, sendo unidos a um sistema lógico, onde os fins da educação, deveriam ser elaborados através da ética e os meios educacionais teriam como base a psicologia. (SAVIANI, 2007, p 100).

No âmbito do idealismo, a pedagogia era considerada como a filosofia da educação, mas a educação teria o método próprio do professor que não poderia ser ensinado e no positivismo a pedagogia estava associada a prática educativa. (SAVIANI, 2007, p101).

A existência da escola como instituição responsável pela propagação do saber científico reflete, em primeiro lugar, a exigência da superação de um processo educativo identificado com o próprio processo de produção da existência humana, passando a identificar-se, com formas sistemáticas e institucionais de formação. A institucionalização da educação reflete, em segundo lugar, a exigência do domínio teórico e científico do conteúdo desse tipo específico de atividade, dada a complexidade atingida pelo próprio desenvolvimento histórico do gênero humano. (DUARTE, 2015)

Cury (2002) destaca que a educação escolar é uma dimensão iniciadora da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional.

O caminho para introdução da pedagogia na universidade se deu pelos Institutos de Educação, concebidos como espaços de cultivo da educação

encarada não apenas como objeto do ensino, mas de pesquisa. Nesse âmbito as duas principais iniciativas foram o Instituto de Educação do Distrito Federal, estruturado e implantado por Anísio Teixeira, em 1932, e dirigido por Lourenço Filho; e o Instituto de Educação de São Paulo implantado, em 1933, por Fernando de Azevedo. Ambos, sob inspiração do ideário da Escola Nova (SAVIANI, 2007).

A pedagogia ficou como disciplina universitária, sendo definida como espaços acadêmicos e pesquisas educacionais. O conceito de pedagogia vem da prática educativa, que busca ter a relação de professor/aluno, orientando o processo de ensino aprendizagem (SAVIANI, 2007).

Conforme Giovanni Genovesi (1999), o papel da pedagogia, como ciência, é oferecer modelos formais sobre o problema da formação do indivíduo racionalmente justificáveis e logicamente defensáveis, particularizando as variáveis que os compõem enquanto instrumentos interpretativos e propositivos de uma classe de eventos educativos

O eixo do trabalho pedagógico desloca-se da compreensão intelectual para a atividade prática, do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos de aprendizagem. Tais pedagogias se caracterizam pelo primado da prática sobre a teoria. Esta deve se subordinar àquela, renunciando a qualquer tentativa de orientá-la, isto é, de prescrever diretrizes a serem seguidas pela prática e resumindo-se aos enunciados oriundos da própria atividade dos alunos com o acompanhamento do professor. Essa tendência ganha força no início do século XX, torna-se hegemônica sob a forma do movimento da Escola Nova até o início da segunda metade desse século e, diante das contestações críticas que enfrenta, assegura seu predomínio assumindo novas versões, entre as quais o construtivismo é, provavelmente, a mais difundida na atualidade (SAVIANI, 2007, p 130).

Nos séculos XVII, XVIII e XIX o destaque das propostas educacionais se dirigia aos métodos de ensino formulados a partir de fundamentos filosóficos e didáticos, no século XX a ênfase se desloca para os métodos de aprendizagem, estabelecendo o primado dos fundamentos psicológicos da educação (SAVIANI, 2007).

Saviani (2007) ressalta que o processo pedagógico tradicional, reforça que o papel do professor é ensinar os alunos de acordo com os métodos de ensino e o papel do aluno é aprender na atividade prática.

Pautando-se pela centralidade da formação intelectual, sobre a escola como uma agência centrada no professor, onde o professor é o transmitir dos conhecimentos acumulados pela humanidade. Na segunda metade do século XIX o método de ensino intuitivo estava centrado nas lições de coisas. (SAVIANI, 2007).

A concepção tradicional de ensino ganhou força no início do século XX, tornando-se hegemônica sob a forma do movimento da Escola Nova até a metade desse século e, diante das contestações críticas que enfrenta, assegura predomínio de novas versões, entre as quais o construtivismo é, a mais difundida na atualidade, subordinando a teoria à prática e, no limite, dissolvem a teoria na prática, entrando as novas modalidades da pedagogia nova e sobre as teorias da aprendizagem, onde o problema era como se aprende. Essa tendência se iniciou no século XX desde seus precursores como Rousseau e também Pestalozzi e Froebel, passando por Kierkegaard, Stirner, Nietzsche e Bergson (Suchodolski, 1978), chegando ao movimento da Escola Nova, à pedagogia institucional e o construtivismo, desembocam sempre na questão de como aprender. Sendo que o centro é o aluno, concebem a escola como um espaço aberto à iniciativa dos alunos que, interagindo entre si e com o professor, realizam a própria aprendizagem, construindo seus conhecimentos (Saviani, 2007, p 104). Ao professor cabe o papel de acompanhar os alunos auxiliando-os em seu próprio processo de aprendizagem. O eixo do trabalho pedagógico desloca-se da compreensão intelectual para a atividade prática, do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos de aprendizagem.

Com a reforma instituída pelo Decreto 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira se propõe a erradicar aquilo que ele considerava como o “vício de constituição” das escolas normais que, “pretendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, falhavam lamentavelmente nos dois objetivos” (Vidal, 2001, p.79-80). Para esse fim transformou a Escola Normal em Escola de Professores, cujo currículo incluía, já no primeiro ano, as seguintes disciplinas: Biologia Educacional; Sociologia Educacional; Psicologia Educacional; História da Educação; Introdução ao Ensino, contemplando três aspectos: a. princípios e técnicas; b. matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais.

Prática de ensino, realizada mediante a observação, a experimentação e a participação. Como suporte ao caráter prático do processo formativo, a Escola de Professores contava com uma estrutura de apoio que envolvia: a. Jardim-de-infância, escola primária e escola secundária, que funcionavam como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino; b. Instituto de pesquisas Educacionais; c. Biblioteca Central de Educação; d. Bibliotecas escolares; e. Fimoteca; f. Museus Escolares; g. Radiodifusão (SAVIANI, 2007 p115).

O Instituto de Educação paulista seguiu, com Fernando de Azevedo (Monarcha, 1999, p. 324-336). Os Institutos de Educação atendiam as exigências da pedagogia que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico. Pretendia-se, assim, corrigir as insuficiências das velhas escolas normais caracterizadas por “um curso híbrido que oferecia, ao lado de um exíguo currículo profissional, um ensino de humanidades e ciências quantitativamente mais significativo” (Tanuri, 2000, p.72). Os Institutos de Educação do Distrito Federal e de São Paulo foram ambos elevados ao nível universitário: o Instituto de Educação paulista foi incorporado à Universidade de São Paulo – USP –, fundada em 1934 e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro foi incorporado à Universidade do Distrito Federal, criada em 1935. E foi sobre essa base que se organizaram os Cursos Superiores de Formação de Professores para as escolas secundárias, generalizados para todo o país a partir do Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939 que deu organização definitiva à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (SAVIANI, 2007, p 116).

Considerado como referência para as demais escolas de nível superior, o paradigma resultante do Decreto-Lei n.1.190 se estendeu para todo o país compondo o modelo conhecido como “esquema 3+1”, adotado na organização dos cursos de licenciatura e de Pedagogia. Os primeiros formavam os professores para dar aulas das disciplinas dos currículos das escolas secundárias. Os segundos formavam os professores para exercer a docência nas escolas normais. Nos dois casos, eram três anos para o estudo das disciplinas específicas e um ano para a formação didática (SAVIANI, 2007 p116)

Para a Pedagogia as disciplinas cursadas figuravam escassamente nos currículos das escolas normais, pois a Lei Orgânica do Ensino Normal dispôs um currículo em que predominavam as matérias de cultura geral sobre as de formação profissional. Além disso, essa mesma lei determinava que, para lecionar no curso normal “era suficiente, em regra, o diploma de ensino superior” (Silva, 2003, p.14). Como uma espécie de prêmio de consolação, foi dado aos licenciados em pedagogia o direito de lecionar Filosofia, História e Matemática nos cursos de nível médio. Essa estrutura prevaleceu até após a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (SAVIANI, 2007 p.118)

Uma nova regulamentação do Curso de Pedagogia decorreu do Parecer 251, de autoria do conselheiro Valnir Chagas, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1962 (SAVIANI, 2007, p118).

No currículo, foi mantido o caráter generalista, não se fechando a grade curricular com a distribuição das disciplinas pelos quatro anos do curso. A entrada em vigor da lei da reforma universitária (Lei n. 5.540) aprovada em 28 de novembro de 1968, ensejou nova regulamentação do Curso de Pedagogia, levada a efeito pelo Parecer 252/69 do Conselho Federal de Educação – CFE, também de autoria de Valnir Chagas, do qual resultou a Resolução CFE n. 2/69 (SAVIANI, 2007, p119).

Assim, a formação ministrada nas escolas deveria servir à produtividade social, ajustando-se, nas demandas do mercado de trabalho que, por sua vez, são determinadas pelas leis que regem uma sociedade de mercado como está em que vivemos (SAVIANI, 2007, p. 121)

O movimento dos educadores em torno da problemática da formação dos profissionais da educação materializou-se por ocasião da realização da 1ª Conferência Brasileira de Educação, em 1980, quando foi criado o Comitê Pró-Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura. Esse comitê transformou-se, em 1983, em Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores – CONARCFE – que, por sua vez, em 1990, se constituiu na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – Anfope – que continua em atividade (SAVIANI, 2007, p.123)

No início da década de 1970, instalaram-se os Programas de Pós-Graduação em cujo contexto a educação experimentou um vigoroso

desenvolvimento que envolveu fortemente as universidades ampliando, pois, significativamente o espaço acadêmico da educação (SAVIANI, 2007, p. 124)

Onde o curso de Pedagogia tem a ver com a demora na definição das diretrizes curriculares, o que veio a acontecer apenas em 2006. Após várias idas e vindas foi aprovado, em 13 de dezembro de 2005, pelo Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno – CNE/CP –, o Parecer 5/2005, reexaminado pelo Parecer CNE/CP 3/2006, aprovado em 21 de fevereiro de 2006 e homologado pelo Ministro da Educação em 10 de abril de 2006 (SAVIANI, 2007, p.124)

Temos a necessidade de problematizar a formação desenvolvida dentro das universidades, e mais especificamente no curso de Pedagogia, pois tal formação acadêmica tem como tarefa formar o professor para as diversas modalidades de ensino, e no caso da EJA, esse docente deve constituir uma identidade profissional durante a graduação em Pedagogia para que possa compreender todos os aspectos que envolvem a EJA e, conseqüentemente, os que envolvem os educandos, que por trás das dificuldades de aprendizagem possuem diversas outras dificuldades sociais por serem marginalizados devido a sua condição econômica(CORREIO,2015).

III A ESCOLA E APRODUÇÃO DE SABERES: AS NECESSIDADES DA EJA E O DIREITO A EDUCAÇÃO

Conforme Duarte (2005) a passagem à sociedade capitalista implicou profundas alterações, nas relações entre a produção material e a produção e apropriação do saber. Com o desenvolvimento das forças produtivas e o deslocamento do eixo do processo produtivo do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, a expansão da utilização da escrita e a generalização do conhecimento sistemático, tem-se o deslocamento do eixo do processo cultural, até então pautado no saber espontâneo e assistemático, para o saber científico, metódico e sistemático:

Todo o desenvolvimento científico da Época Moderna se dirigia ao domínio da natureza: sujeitar a natureza aos desígnios dos homens, transformar os conhecimentos em meio de produção material. A indústria não é outra coisa senão o processo pelo qual se incorpora a ciência, como potência material, no processo produtivo. Se se trata de uma sociedade baseada na indústria, se

a cidade é algo construído, artificial, não mais algo natural, isto vai implicar que esta sociedade organizada à base do direito positivo também vai trazer consigo a necessidade de generalização da escrita. (SAVIANI, 1994, p. 156).

A escola passa a ser constituída como instrumento principal para viabilizar o acesso à cultura, produzida de forma sistemática e intencional pelos homens, transformando a educação em um processo igualmente sistemático e intencional de formação humana (MAZZEU e MAZZEU, 2008, p 83).

A construção do senso crítico dos alunos da EJA ganha cada vez mais espaço nas discussões e estudos científicos, tanto dentro das escolas que trabalham com esse tipo de modalidade, como nas universidades, nos cursos de formação de professores. É de grande relevância que estudar sobre essa proposta metodológica, com base na pedagogia freireana, visando à compreensão e reflexão da realidade social dos envolvidos e do processo da implementação na transformação dessa realidade no propósito de se enxergar como cidadão (GONÇALVES, 2018, p. 07).

A importância do ensino primário tornado um direito imprescindível do cidadão e um dever do Estado impôs a gratuidade como modo de torná-lo acessível a todos. Por isso, o direito à educação escolar primária inscreve-se dentro de uma perspectiva mais ampla dos direitos civis dos cidadãos (CURY, 2002, p.248).

Cury (2002) ainda comenta que a ligação entre o direito à educação escolar e a democracia terá legislação como um de seus suportes e invocará o Estado como provedor desse bem, seja para garantir a igualdade de oportunidades, seja para, uma vez mantido esse objetivo, intervir no domínio das desigualdades, que nascem do conflito da distribuição capitalista da riqueza, e progressivamente reduzir as desigualdades.

A história do direito à educação escolar é semelhante à luta por uma legislação protetora dos trabalhadores da indústria nascente, pois, em ambos os casos, foi no século XIX que se lançaram as bases para os direitos sociais como integrantes da cidadania (CURY, 2002, p.249)

O direito à educação, como direito declarado em lei, é recente e remonta ao final do século XIX e início do século XX. Mas seria pouco realista

considerá-lo independente do jogo das forças sociais em conflito (CURY, 2002, p.249).

A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reservam apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. Por isso, declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem, ou esqueceram, que eles continuam a ser portadores de um direito importante. Disso resulta a necessária cobrança deste direito quando ele não é respeitado. O Brasil, por exemplo, reconhece o ensino fundamental como um direito desde 1934 e o reconhece como direito público subjetivo desde 1988 (CURY, 202, p 259).

Em 1967, o ensino fundamental (primário) passa de quatro para oito anos obrigatórios. Ele é obrigatório, gratuito e quem não tiver tido acesso a esta etapa da escolaridade pode recorrer à justiça e exigir sua vaga (CURY, 2002)

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. O acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. O direito à educação, nesta medida, é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si (CURY, 2002)

A especificação acontece quando são reconhecidos novos direitos, como o de as crianças menores de 6 anos terem uma escola adequada à sua idade, ou quando se reconhece, ainda hoje, o direito de as mulheres, os jovens e adultos entrarem nas escolas. Aqui também é o caso dos portadores de necessidades especiais que, por alguma razão, se veem prejudicados na sua locomoção ou audição ou qualquer outro problema, e passam a exigir um modelo próprio educacional, que atenda às suas peculiaridades (CURY, 2002, p. 261)

O acesso à educação é um direito de todos, principalmente para a EJA, que é uma possibilidade de maior igualdade social, auxiliando na eliminação das discriminações, possibilitando o exercício do pensamento, a apropriação de conhecimentos mais avançados, a autovalorização do sujeito e a criação de um espaço democrático para isto, não basta que todos tenham acesso à educação, é necessário que tenhamos educação de qualidade para todos. Pois, se não for de qualidade para todos, as desigualdades impostas anteriormente pelo impedimento ao acesso à educação, retoma-se pela diferenciação de experiências e qualidade. (RIBEIRO; CATELLI; HADDAD, 2015)

IV A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA MODALIDADE DE ENSINO AINDA NECESSÁRIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O processo de alfabetização de jovens e adultos, não se resume apenas em juntar letras e formar palavras. Para alfabetizar é preciso inserir os jovens e adultos no universo da escrita, mostrando-lhes os principais tipos de textos que estão presentes em nossa sociedade (MARQUES e RUBIO, 2012).

Segundo Marques e Rubio (2012) A formação de professores para atuar na EJA é muito recente. Poucos cursos estão criando habilitações ou inserindo disciplinas para tratar sobre o ensino de jovens e adultos, ou ainda programas de pós-graduação em nível de especialização com trabalhos produzidos nessa modalidade. Assim, percebe-se que o professor da EJA adquire seus saberes na prática e na formação continuada, pois, dificilmente, na formação inicial ele teve oportunidades de aprender e refletir sobre os processos de desenvolvimento do aluno adulto.

Segundo Arbache (2001), a formação do professor de EJA deve ter um enfoque específico no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação e atendimento a esse grupo tão heterogêneo de alunos.

A formação continuada possibilita ao professor uma participação mais ativa no universo da profissão e uma formação potencializada do desenvolvimento da autonomia e da capacidade de trabalhar com as transformações que vêm ocorrendo na economia, na cultura e na sociedade. Para que o profissional esteja preparado para pensar em enfrentar essas situações, a procura por formação deve, ou deveria ser inerente a sua prática. No entanto, esta busca, muitas vezes, não faz parte do cotidiano

dos professores e não é incentivada pelas instituições formadoras, nem pelas instituições empregadoras (FERREIRA, 2008, p 16).

A construção da identidade da Educação de Jovens e Adultos concretiza-se na organização curricular, pois é neste momento que são delimitados os tempos e os espaços de ensinar e aprender, em que a diversidade apresentada por este grupo aponta para a construção de um currículo flexível, mas com a garantia de qualidade pedagógica que assegure a articulação entre os saberes vividos e os escolares (FERREIRA, 2008).

As reflexões sobre a relação entre educação Regular - EJA no que diz respeito ao conteúdo do ensino foram assinalando outros elementos a serem aprofundados e remetendo a aspectos metodológicos, refletindo sobre a relação Regular - EJA, Saviani ensaiou uma formação:

Não estará por certo no conteúdo, mas no seu tratamento, a diferença entre o regular e o supletivo. (...) A equivalência é necessária, não porque o aluno poderá pretender prosseguir os estudos (ou pelo menos não só por isso), mas porque é preciso que se lhe permita – e já com muito atraso! – o acesso aos conhecimentos básicos necessários à sua participação social mais efetiva. Essa equivalência, porém, não estará necessariamente (e na maioria dos casos nem é possível mesmo que esteja) na relação série/termo, mas na garantia do básico em relação ao conjunto de conhecimentos que o ensino regular transmite às crianças e adolescentes. Na organização do conteúdo de cada componente curricular, alguns itens se revelarão indispensáveis e exigirão um tratamento mais detalhado, enquanto outros talvez possam ser tratados com menos detalhes ou até mesmo dispensados. Se no ensino regular é possível trabalhar o básico com alguns acessórios, no supletivo quase sempre será necessário abrir mão dos acessórios, e, não raro, extrair o básico do básico, para que o essencial seja trabalhado... E bem trabalhado (SAVIANI, 1985, p 58).

A construção curricular, tem a perspectiva de desenvolver a formação dos jovens e adultos nas diversas dimensões da vida tais como, cognitiva, afetiva, ética, cultural, estética e política, construindo uma dimensão de totalidade do educando, contribuindo para a superação das dicotomias que tem caracterizado a educação. O objetivo é promover a interação entre os sujeitos e a construção da autonomia. Construindo um currículo de EJA para a compreensão do saber como forma de emancipação (Ferreira, 2008, p 19).

A seleção de conteúdo, conceitos ou conhecimentos significativos tem o objetivo de abranger e problematizar estrutura, buscando uma análise explicativa mais ampla que usa de instrumentos conceituais das diferentes áreas do conhecimento para pensar as suas práticas sociais, a sua transformação e a conseqüente intervenção no mundo (Ferreira, 2008, p 22).

O planejamento do professor da EJA deve levar em consideração a vivência dos alunos, porque muitos conhecimentos são adquiridos no seu dia-a-dia, como na televisão, no cinema, no computador, no celular, no caixa eletrônico do banco, no trabalho, em outros lugares (Ferreira, 2008, p 14).

Na Educação de Adultos e Jovens, a metodologia tem que ser diversificada, diferente do ensino regular, porque é um dos agentes causadores do alto índice de evasão escolar. O profissional que trabalha com a EJA não deve ter metodologias infantilizadas, tendo que considerar que a maioria dos alunos trabalham e estudam (SILVA e PLOHARSKI, 2011, p.1654).

A metodologia de ensinar e os materiais didáticos utilizados pelo professor precisam atender a faixa etária, com o contexto social e cultural no qual os alunos estão inserido. Devemos começar, pelo nome dos colegas, lista de palavras significativas, calendários e jogos que forneçam aos alunos informações importantes sobre como funciona a escrita. Outra estratégia adotada nesta fase da alfabetização é o uso das letras maiúsculas para escrever, porque é mais fácil gravar esse tipo de letra e de distinguir uma da outra. A letra cursiva deve ser introduzida depois quando os alunos já dominam os princípios básicos do sistema da escrita. Aprender a ler e escrever números, fazer cálculos e interpretar plantas e representações gráficas é algo que motiva muito os alunos que estão sendo alfabetizados em uma sala da EJA.

A matemática faz parte do processo de alfabetização de jovens e adultos, e é muito diferente do que ocorre no ensino de crianças. Porque em condições dos jovens e adultos, independentemente de seu nível de instrução, sabem lidar com situações que envolvem quantificações, contagens e medições. Muitos são capazes de fazer cálculos matemáticos bem complexos sem saber como representar isso por escrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou refletir sobre o ensino da Educação de Jovens e Adultos, os quais abandonaram seus estudos, por diversos motivos ou não puderam frequentar a escola. Essa pesquisa buscou apresentar os principais problemas na EJA, que na maioria das vezes é a mal formação dos professores, que não estão preparados para atender esses alunos e o material didático, que não é contextualizado a partir da realidade dos alunos.

Com essa pesquisa, pode ser observado que a EJA, no Brasil, surge de iniciativas involuntárias. Após décadas de descaso e despreocupação o governo brasileiro por uma imposição de se ter uma boa imagem externa e pela necessidade de melhorar a mão-de-obra inicia um processo de formação para jovens e adultos com medidas ordinárias e sem atender o objetivo de formar cidadãos.

Diante desse estudo realizado pode-se concluir que é essencial uma postura de profundo respeito por parte dos educadores da EJA aos saberes e experiências que os alunos trazem de suas práticas cotidianas, além de estabelecer um vínculo com o aluno para de fato conhecê-lo, pois só há aprendizado quando há relação de diálogo entre os sujeitos do processo de aprendizagem. A EJA tem papel fundamental no impulso do conhecimento, tendo um grande potencial de se tornar um espaço de aprendizagem que permite ampliar o desenvolvimento intelectual.

Através da vivência dos alunos a educação tem mais sentido, trazendo a mediação do conhecimento. Ao educador cabe a construção e socialização dos conhecimentos, tornando-os os sujeitos da EJA críticos com valores e atitudes formadas, partindo de uma postura ética e transformadora.

Os professores da EJA adquirem seus conhecimentos com a prática e a formação continuada, pois, dificilmente, na graduação, teve oportunidades de aprender e refletir sobre os processos de desenvolvimento do aluno adulto.

A construção curricular da EJA envolve o desenvolvimento da formação dos jovens e adultos nas diversas dimensões da vida tais como, cognitiva, afetiva, ética, cultural, estética e política, construindo uma dimensão de totalidade do educando, contribuindo para a superação das dicotomias que tem caracterizado a educação. O planejamento e a metodologia do professor deve atender a faixa etária dos alunos e levar em consideração o cotidiano dos

alunos, pois são muitos conhecimentos adquiridos no dia a dia, pela televisão, internet, trabalho e outros meios.

Paulo Freire é uma referência na Educação de Jovens e Adultos, pois ele apresentou uma educação pensada de uma forma diferente, onde o indivíduo no processo de aprendizagem, tem uma educação e alfabetização de maneira crítica e dialogicamente.

A escola é um instrumento de acesso à cultura, produzida de forma sistemática e intencional pelos homens, transformando a educação em um processo igualmente sistemático e intencional de formação humana.

O direito à educação escolar e a democracia tem na legislação que o estado deve garantir a igualdade de oportunidades, para garantir que não haja desigualdades.

O direito à educação é uma parte da herança cultural, onde o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. O direito à educação, é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si. Diante do estudo realizado pode-se concluir que é essencial uma postura de profundo respeito por parte dos educadores da EJA aos saberes e experiências que os alunos trazem de suas práticas cotidianas, além de estabelecer um vínculo com o aluno para de fato conhecê-lo, pois no meu ponto de vista, só há aprendizado quando há relação de diálogo entre os sujeitos do processo de aprendizagem. A EJA tem papel fundamental no impulso do conhecimento, tendo um grande potencial de se tornar um espaço de aprendizagem que permite ampliar o desenvolvimento intelectual.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

ARROYO, Miguel González. **Educação de Jovens – adultos**: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio Soares (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica, 2006, 2ª edição.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Diretrizes e bases para a educação nacional**: Lei nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Proposta curricular para a Educação de Jovens e Adultos**: segundo segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª série) – Introdução. Brasília: MEC/SEF, 2002. v. 1.

BRASIL/MEC/CNE/CP. Resolução 1, de 15 de maio de 2006. In: SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 246-253.

CUNHA, Maria Conceição da. **Introdução** - discutindo conceitos básico. In SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito a educação**: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 2015.

_____. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação**: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A.da S. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, mai. /jun./Jul./Ago. 2000, nº 714, p.108-130. Disponível em: Acesso em: 24/ 02/2020.

MAZZEU, Lidiane Teixeira Brasil. **Em defesa da escola: Uma análise histórico-crítica da educação escolar**.. Educação em revista, Marília, v.9, n.1, p.77-92, 2008. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/627.pdf>. Acesso:19.jul.2020.

MARQUES, Lincon. RUBIO, Kuroda. Rendimento humano? O que busca a da psicologia do esporte? Psicologia para America Latina, [online]. n. 1, p. 1- 6, 2012.

MONARCHA, Carlos. **Escola normal da praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

PAIVA, Vanilda. **Educação de popular e educação de adultos**. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

_____. **A língua inglesa no Brasil e no mundo**. In: Paiva, V. L. M. de O. (org.) Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências. Belo Horizonte: Pontes, p. 9-28, 2001.

PLOHARSKI, Nara R. B. SILVA, Joelma B. da. **A Metodologia de Ensino Utilizada Pelos Professores da EJA - 1º Segmento** – em Algumas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. PUCPR. 2011. Disponível: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5067_2554.pdf. Acesso em 13/03/2020

RIBEIRO, Vera Masagão, JOIA, Orlando, PIERRO, Maria Clara Di. **Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf. Acesso em 17/02/2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 10 ed., Campinas, SP: Autores associados, 2007.

_____. **Pedagogia: O espaço da educação na universidade**. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 130, p. 99-134, 2007

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 2. Ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, C. S. B. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.